

Agilizar vistos para trabalhadores da construção



Manuel Reis Campos
Presidente da CPCI
– Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário

Realizou-se no Auditório da AICCOPN, uma Sessão de Esclarecimento relativa à nova Legislação sobre Vistos e Autorização de Residência para Trabalhadores Subordinados, a qual foi presidida pelo Secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhante Dias, contando, ainda, com a intervenção do Diretor de Serviços de Vistos, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Paulo Pocinho, e da Diretora Regional do Norte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Gabriela Parreirão. Tratou-se de uma Sessão direcionada para o Setor da Construção e do Imobiliário a qual, teve lugar num momento, particularmente oportuno, quando as empresas estão confrontadas com a necessidade premente de trabalhadores.

A diminuição do número de técnicos e profissionais que saíram das nossas escolas e centros de formação profissional e a crescente procura de profissionais portugueses por parte de empresas estrangeiras, constituíram, nos últimos anos, uma das nossas principais preocupações, tanto mais, que era facilmente perceptível a importância que o Setor da Construção e do Imobiliário teria de reassumir.

À semelhança dos demais países comunitários, esta fileira constitui uma das soluções para a tão necessária recuperação económica. A Reabilitação Urbana ganhou um carácter estruturante. A habitação é, hoje, uma prioridade assumida pelo Governo, bem patente na Programa designado por “Nova Geração de Políticas da Habitação”. E, por outro lado, está em curso a discussão, em torno do Programa

Nacional de Investimentos para o período 2020 | 2030 – que representa 21.950 milhões. Por fim, a internacionalização do Setor é uma realidade de sucesso. Ou seja, estamos a falar de três áreas para as quais será necessário canalizar trabalhadores especializados que o Setor da Construção e do Imobiliário, fruto do ajustamento que sofreu, neste momento, não tem.

Recuperar os trabalhadores do Setor, inscritos nos centros de emprego, agilizar o sistema de concessão de vistos, permitir que os trabalhadores estrangeiros ao serviço das empresas nacionais possam trabalhar em Portugal – mediante a criação de um Regime Especial de Mobilidade Transnacional de Trabalhadores – acabar com o trabalho clandestino, formar trabalhadores para o Setor, através dos Centros de Formação de Gestão participada e promover a integração de trabalhadores migrantes que já se encontram no nosso mercado de trabalho, são soluções que sempre defendemos.

É necessário encarar a questão da mão-de-obra de uma forma resoluta e tomar medidas que permitam ultrapassar os constrangimentos da conjuntura atual e, de igual modo, preparar Portugal para o futuro. Neste sentido, a nova Legislação sobre Vistos que assume princípios como a agilização, a desburocratização e a flexibilização dos procedimentos de pedidos de vistos e de autorização de residência, constitui um importante passo dado, no sentido de fazer face à escassez de mão-de-obra que a fileira da Construção e do Imobiliário enfrenta.